

Nota Prévía

Manuel Miguéns¹

Esta publicação do Conselho Nacional de Educação sobre a educação das crianças até aos 12 anos é o culminar de um longo processo e encerra todo um programa de trabalho que o Presidente do CNE aborda com algum detalhe na introdução que sucede a presente Nota.

As realidades sociais dos tempos presentes e a relevância que o conhecimento e a capacidade para aprender têm nas sociedades modernas exigem uma cada vez maior e mais cuidada atenção à educação nas primeiras idades.

As políticas de Educação para a Infância assumem hoje uma importância central na organização dos sistemas educativos das sociedades contemporâneas, particularmente em contextos marcados pelas desigualdades sociais, por baixos níveis de escolarização, por elevadas taxas de emprego feminino, por acentuada diversidade cultural, por fortes mudanças na família tradicional ou por elevadas taxas de institucionalização de crianças. Apesar de uma clara valorização do estatuto da criança e da importância dada à sua educação, a sociedade portuguesa tem-se confrontado com dificuldades em assegurar para cada idade os melhores cuidados e um adequado e equitativo atendimento sócio-educativo.

Sendo certo que o desenvolvimento da educação pré-escolar em Portugal, dirigida a crianças entre os 3 e os 6 anos de idade, apresenta níveis de progresso assinaláveis, importa pensar a intervenção educativa nas idades mais precoces, bem como as transições entre aquela e o primeiro ciclo de escolaridade e entre este e o segundo ciclo. Ciente da necessidade de aprofundar as questões de estrutura e organização da provisão educativa destinada a este grupo etário, o Conselho Nacional de Educação organizou, no âmbito do DNE, a Conferência Internacional *Estrutura e Organização da Educação de Infância e Básica*, na qual se discutiram, numa perspectiva de educação comparada, as diferentes

¹ Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação

etapas da educação das crianças dos 0 aos 12 anos, a sua organização e estrutura curricular e as mudanças a introduzir na actual oferta educativa existente em Portugal.

Desta Conferência e da *Workshop* que se lhe seguiu (Programa e síntese em anexo, pp. 403-411) ressaltou uma forte chamada de atenção para a necessidade de articulação entre pré-escolar e primeiro ciclo, para a importância de se evitar a dispersão existente ao nível do segundo ciclo do ensino básico e para a necessidade de articulação entre a formação de educadores e de professores, tendo sido assinalada a descontinuidade existente entre os ciclos de aprendizagem e considerado que o segundo ciclo poderia ser repensado numa lógica de maior aproximação ao primeiro, a fim de evitar a ruptura existente que parece ter graves consequências no sucesso educativo e garantir ciclos mais longos, com maior estabilidade, melhor articulação, maior continuidade e maior simplicidade da estrutura de oferta educativa para estas idades.

A genuína preocupação com a educação das crianças desde a mais tenra idade, em particular com as mais desfavorecidas, e o reconhecimento de que a melhoria da oferta educativa nos primeiros anos poderia trazer benefícios significativos para o desenvolvimento dos percursos educativos, para a melhoria dos desempenhos escolares e para minorar o flagelo do abandono e insucesso escolares das crianças, motivaram o Presidente do Conselho Nacional de Educação a inaugurar um novo modelo de preparação dos Pareceres do Conselho.

O Conselho elabora habitualmente os seus Pareceres em resposta a solicitações do Governo ou da Assembleia da República, ou mesmo por iniciativa própria, mas confronta-se frequentemente com prazos limitados, exigindo aos Conselheiros relatores e à Assessoria do CNE uma elevada capacidade de resposta para que as posições do Conselho possam ser úteis e influentes. O tempo político surge, por vezes, desfasado dos tempos de reflexão, debate e maturação de um órgão que baseia as suas posições no melhor conhecimento disponível e na representação, participação e negociação entre os diversos sectores da

sociedade com interesses na educação. Por outro lado, o Conselho organiza múltiplas iniciativas para ouvir e discutir as perspectivas de especialistas e investigadores que, por vezes, não se repercutem directamente nos Pareceres e Recomendações que elabora.

No caso presente, foi possível partir da identificação clara de uma área relevante – a educação das crianças dos 0-12 anos – e fazer uma primeira abordagem do problema com especialistas nacionais e estrangeiros, ainda no contexto do Debate Nacional sobre Educação, que permitiu identificar os principais obstáculos e limitações da estrutura de oferta educativa para o referido intervalo etário.

Estavam então criadas as condições para se promover um estudo aprofundado das questões identificadas que analisasse, sintetizasse e produzisse recomendações sobre a matéria. Este estudo é uma das peças fundamentais do livro que aqui se apresenta. Deve acrescentar-se que, na sua fase de desenvolvimento, foram de novo chamados a intervir especialistas e investigadores de diferentes áreas que, assim, puderam contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho (síntese da *Workshop* publicada em anexo a este Estudo, pp. 221-232).

Posteriormente, o estudo sobre *A Educação das crianças dos 0 aos 12 anos* seria apresentado e discutido no contexto de um seminário e, então, amplamente divulgado, em particular, junto dos Conselheiros membros do CNE. As actas deste seminário constituem a segunda parte do corpo desta publicação.

Uma vez chegados a esta fase, foi solicitado à conselheira Ana Maria Bettencourt que preparasse um primeiro projecto de Parecer sobre a mesma temática, que foi recolhendo contributos, particularmente dos conselheiros membros da 1.^a Comissão Especializada Permanente Educação Pré-Escolar e Básica.

A primeira versão do projecto de Parecer foi sumariamente apresentada na 96.^a Sessão Plenária, de 27 de Maio de 2008. Entretanto, o Conselho organizou os seminários *A Escola Face à Diversidade:*

Percepções, Práticas e Perspectivas e Organização do Trabalho Escolar no 1.º Ciclo do Ensino Básico (edições no prelo), os quais suscitaram reflexões e deram contributos para a segunda versão do projecto de Parecer. Esta versão seria apresentada, discutida, modificada e aprovada por unanimidade no Plenário do Conselho Nacional de Educação, realizado em 21 de Outubro de 2008, e constitui a terceira e última parte deste livro.

Uma vez concluída esta publicação, são devidos públicos agradecimentos a todos quantos contribuíram para o trabalho desenvolvido ao longo de dois anos – autores, conferencistas, participantes nos seminários e *workshops*, conselheiros, assessoria e secretariado do CNE que, de forma desinteressada mas empenhada, tornaram possível a sua concretização.

Com esta significativa conjugação de esforços, foi possível ao Conselho Nacional de Educação identificar um tema num ambiente de reflexão e debate, promover o estudo aprofundado das questões identificadas, discutir e disseminar as conclusões desse estudo, iniciar o debate com os diversos sectores da sociedade representados no Conselho e chegar a um consenso sobre as medidas de política educativa que deveria recomendar aos órgãos de soberania. Este será, porventura, um exemplo de como, com sentido estratégico, um órgão de aconselhamento com as características do Conselho Nacional de Educação pode combinar o conhecimento e os resultados da investigação com as posições dos representantes da sociedade e dos interesses em presença, de forma a oferecer aos poderes legislativo e executivo informação e parecer qualificados que podem apoiar o processo de tomada de decisão sobre políticas educativas. É, por assim dizer, uma abordagem de longo prazo, que privilegia o sentido estratégico e a orientação geral das políticas educativas, em detrimento do imediatismo das soluções específicas para ultrapassar os pequenos escolhos que o quotidiano sempre coloca.